

DISCUTINDO UMA PROPOSTA DE ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Marcos Paulo de Oliveira¹
Rosa Maria Marques²

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de Índice de Tendência de Precarização (ITP) para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. Antes, porém, são analisadas as formulações feitas por Saboia (2000), De Toni (2004) e Freire (2006). A partir dos resultados obtidos, considera-se que a utilização ITP como ferramenta estatística mostrou ser um instrumento valioso para a análise da evolução das formas e condições de inserção presentes no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo. Os resultados do ITP demonstram o aumento da precarização do mercado de trabalho da RMSP entre 1995-2003 e tendência de queda da precarização nesse mesmo mercado de trabalho entre 2004-2009.

Palavras-chave: mercado de trabalho, flexibilização, precarização, índice de precarização do mercado de trabalho.

Abstract: this paper aims to present a proposal for Trend Insecurity Index (ITP) for the labor market in the metropolitan region of Sao Paulo. First, however, these models are analyzed by Savoy (2000), De Toni (2004) and Freire (2006). From the results obtained, it is considered that the use ITP as a statistical tool proved to be a valuable tool for analyzing the evolution of forms and conditions of insertion present in the metropolitan labor market of São Paulo. The results of the ITP show increasing precariousness of the labor market between 1995-2003 and the SPMA downward trend in the same precarious labor market between 2004-2009.

Key-words: Labor market, flexibilization, precariousness, index of precarious labor market.

JEL Classification: J2

¹ Professor adjunto do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Paulista – UNIP e Assessor técnico da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura do Município de Osasco-SP.

² Professora titular do Departamento de Economia e do Programa Pós-graduados em Economia Política da PUCSP.

Recebido em 15/07/2010. Liberado para publicação em 15/07/2011.

Introdução

A partir dos anos 1980, a literatura internacional (OFFE, 1989; CORIAT, 1995; FREYSSINET, 2009) e nacional (MARQUES, 1990; MATTOSO, 1994. 1998; DREIN, 2006; DEDECCECA, 2010) documentou e explorou exaustivamente o impacto da reestruturação produtiva nos ambientes de trabalho. Entre os vários aspectos analisados por essa literatura, destacam-se as mudanças no processo de trabalho e na gestão da força de trabalho, com o surgimento de setores de trabalhadores em parte ou totalmente desprovidos de direitos trabalhistas ou sociais, muito embora vinculados ao centro da produção capitalista de seus países. A condição desses trabalhadores, bem como a dos desempregados que passaram a fazer parte da realidade do mercado de trabalho, foi chamada de precária.

No Brasil, onde o mercado de trabalho sempre contou com um contingente expressivo de trabalhadores informais, portanto, sem direitos trabalhistas e previdenciários, o processo não foi diferente: além do desemprego, trabalhadores formais de importantes setores econômicos viram avançar o uso da terceirização ou a adoção de contratos por tempo determinado, entre outros aspectos da precarização por eles vivenciados. Nos anos 1990, quando o ideário neoliberal sob a dominância financeira ganhou força na economia brasileira e o ajuste do lado monetário passou a ser priorizado em relação ao (des)ajuste do lado real, a ordem do dia em relação ao mercado de trabalho era promover sua flexibilização e reduzir ainda mais o custo da mão de obra. A leitura dos dados desse período mostra que houve uma queda do emprego típico, a elevação do desemprego e uma queda do rendimento do trabalho, caracterizando uma tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2001).

Para acompanhar esse processo, Saboia (2000), De Toni (2004) e Freire (2006) propuseram a construção de índices formados que sintetizassem os aspectos mais importantes da nova realidade do mercado de trabalho. Este artigo analisa essas propostas e oferece uma alternativa de índice, aplicado à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no período 1995 a 2009. Assim, na primeira parte, são apresentados os índices propostos por Saboia, De Toni e Freire e, na segunda, o índice de precarização aplicado à RMSP.

1 – As propostas de índices de precarização do mercado de trabalho de Saboia, de Freira e De Toni

1.1. Saboia e seu índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil

João Saboia (2000) inicia seu texto sobre a construção de um índice para o mercado de trabalho brasileiro com os seguintes questionamentos:

Seria possível mensurar a evolução do mercado de trabalho quando existem estatísticas apontando tanto na direção de piora quanto de melhora? Seria possível criar um indicador sintético que apontasse claramente o sentido de sua evolução? (SABOIA, 2000, p.124)

Para enfrentar essas questões, Saboia propõe um indicador para o mercado de trabalho brasileiro com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE e aplicado ao período 1991 a 1999 nas 6 (seis) regiões metropolitanas brasileiras³. Para isso, ele se inspira na metodologia do IDH, levando em consideração nove estatísticas do mercado de trabalho, separadas em três grupos — desemprego, ocupação/informalidade e rendimento. Cada grupo é composto por três estatísticas com características que procuram captar a complexidade dos mercados de trabalho metropolitanos. Cada estatística é ponderada segundo o seu grau de importância, resultando em três grupos de indicadores, os quais são utilizados na composição de um indicador-síntese. O índice varia entre zero e um, isto é, quanto mais próximo de um, melhor são as condições do mercado de trabalho.

O autor utiliza para as estatísticas em que crescimento significa melhoria, como, por exemplo, a renda média real, o seguinte cálculo:

$$I = \frac{E - E_{\min}}{E_{\max} - E_{\min}}$$

sendo E o valor da estatística escolhida, E_{\max} seu valor máximo e E_{\min} seu valor mínimo. Já para as estatísticas em que crescimento significa piora, por exemplo, o desemprego, o índice é calculado invertendo as variáveis mínimas e máximas, ou seja:

³ Na PME/IBGE a pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

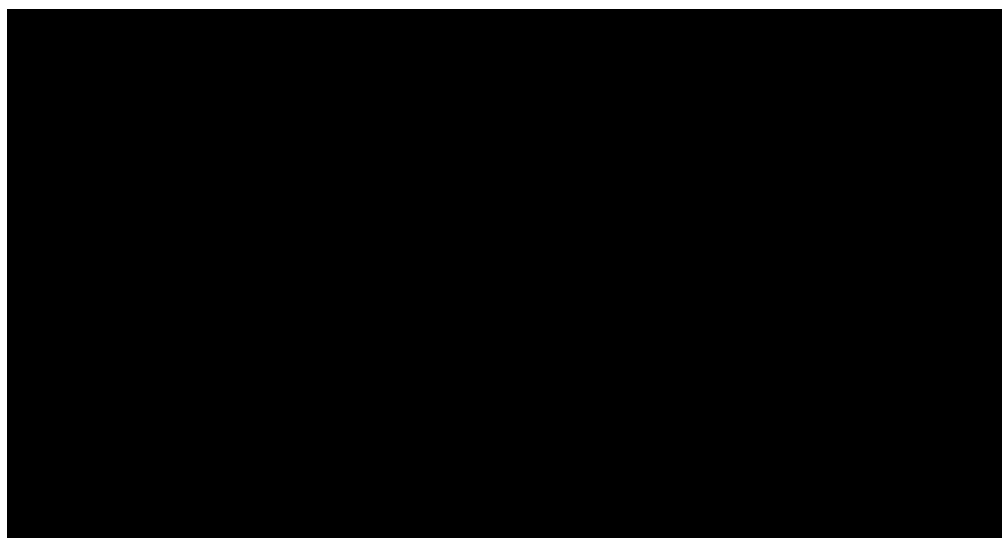
$$I = \frac{E - E_{\max}}{E_{\min} - E_{\max}}$$

As nove estatísticas selecionadas da PME/IBGE foram agrupadas em três grupos, sendo cada grupo composto por uma estatística básica, considerada a referência principal do grupo, e duas estatísticas complementares. As estatísticas selecionadas foram: para o *desemprego* - taxa de desemprego (7 dias), percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho, percentual de chefes de família entre os desempregados; para a *ocupação / informalidade* - percentual de ocupados com carteira assinada, percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil), percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo; para o *rendimento* - renda média real, relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo, relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada. No caso do desemprego, a variável básica adotada é a própria taxa de desemprego; para a ocupação / informalidade, o percentual de ocupados que possuir carteira de trabalho assinada e, para o rendimento, a renda média real.

Na composição dos indicadores (de desemprego, de ocupação / informalidade e rendimento), a variável básica recebeu peso dois e as complementares peso um. Finalmente, para o cálculo do indicador síntese, Saboia calculou a média aritmética dos três indicadores.

A Tabela 1 mostra os resultados obtidos por Saboia. Como seu indicador sinaliza que quanto mais próximo de 1 (um), melhor são as condições dos mercados de trabalho, percebe-se que houve queda na qualidade nos mercados de trabalho nas seis regiões metropolitanas entre 1991 e 1999.

Esses resultados estão condizentes com o desempenho macroeconômico do período, isto é, o indicador-síntese apresenta piora até 1992/93 (período com queda do PIB e alta inflação), cresce entre 1994-95 (período pós-choque monetário com baixa inflação e crescimento da demanda) e apresenta nova piora até 1999 (período marcado por várias crises externas com forte impacto na economia brasileira).



1.2 - José Freire e seu Índice de precariedade do mercado de trabalho metropolitano

Freire (2006) procura construir um índice para analisar a dinâmica do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas em diferentes períodos, isto é, nas fases pré e pós Plano Real, bem como no período que antecedeu e sucedeu a desvalorização cambial de 1999. Como não estava interessado em saber o desempenho de cada região metropolitana, tal como Saboia (2000), faz uso do mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas de forma agregada e concentra sua análise nas políticas macroeconômicas. O desempenho do mercado é captado pelo índice-síntese, construído com base nos dados da PME/IBGE, para o período janeiro de 1991 a dezembro de 2005⁴.

O índice proposto por Freire também abrange três dimensões do mercado de trabalho: *população ocupada*, para medir a expansão do mercado de trabalho e de sua capacidade de absorver novos trabalhadores; *população desocupada*, para o que utiliza duas variáveis distintas, a população desempregada (massa de trabalhadores desempregados) e a taxa de

⁴ O autor compatibilizou a metodologia da PME utilizada até 2001 com que foi usada a partir de 2002.

desemprego; *formalização do mercado de trabalho*, para o qual utilizou a participação das pessoas ocupadas com carteira assinada no total das pessoas ocupadas. Com exceção das variáveis da segunda dimensão, o crescimento das demais indica melhora da situação do trabalhador no mercado de trabalho.

O índice mensal de precariedade é uma média simples das três dimensões, isto é, dos índices mensais de precariedade da população ocupada, de precariedade da população desocupada e de precariedade da formalização, tal como:

$$IMP = \frac{IMPPO + IMPPD + IMPF}{3}$$

onde IMP = Índice Mensal de Precariedade, $IMPPO$ = Índice Mensal de Precariedade População Ocupada, $IMPPD$ = Índice Mensal de Precariedade População Desocupada e $IMPF$ = Índice Mensal de Precariedade da Formalização. A construção de cada índice segue o método do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma que, por exemplo:

$$IMPPO = 1 - \frac{MaVm - VMc}{MaVm - MnVm}$$

onde $MaVm$ = Maior Valor Mensal da Série; VMc = Valor do Indicador no Mês Corrente, $MnVm$ = Menor Valor Mensal da Série. O autor utiliza o numeral 1 (um) antes da fórmula tradicional para indicar que o índice deve melhorar quando o indicador aumenta. E por último, utiliza a média móvel de seis meses para minimizar a volatilidade do índice.

Dessa forma, o índice final de precariedade varia entre 0 (zero) e 1 (um), com zero representando uma situação precária e 1 (um) uma situação não precária, ou seja, quanto maior o índice, melhor será a situação do mercado de trabalho em análise.

A partir dos resultados obtidos, (Gráfico 1), Freire concluiu que, no período, houve "...aproximadamente 44 meses (24,58% do tempo total) sob ciclos de regressão na geração de postos de trabalho. 40 meses sob ciclos de estagnação (22,35% do tempo) e 95 (53,07% do tempo) meses sob ciclos de expansão das ocupações." (FREIRE, 2006, p.10).

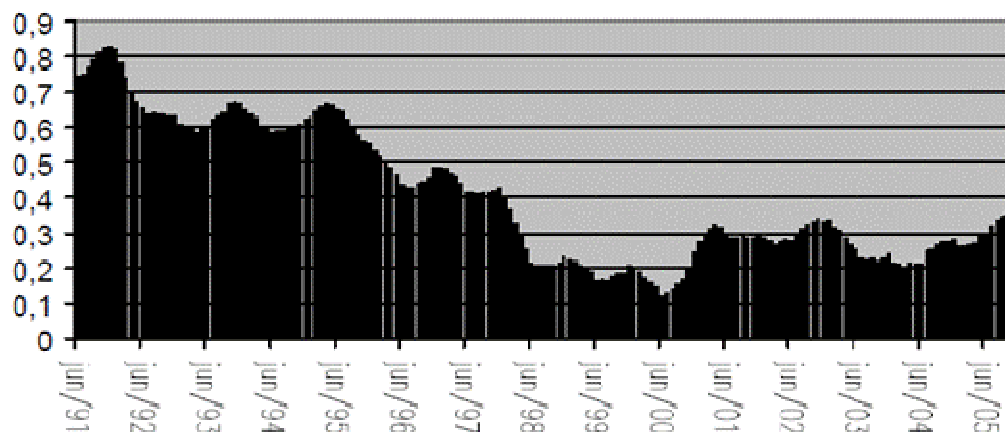


Gráfico 1 - Média móvel (6 meses) do índice mensal ajustado de precarização do mercado de trabalho metropolitano

Fonte: Freire, 2006

1.3 - De Toni e seu Índice de precarização do trabalho para a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA

De Toni construiu um índice de precarização do trabalho - IP com base nos dados da pesquisa de emprego e desemprego – PED, observando exclusivamente a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA. As diferentes dimensões abordadas e as variáveis utilizadas pela autora para a construção do índice estão sintetizadas na Figura 1. Nela vemos que De Toni define três dimensões: (a) condições de inserção ocupacional; (b) desemprego e (c) rendimentos do trabalho. A primeira e a segunda dimensões são compostas por três indicadores ou variáveis, e a terceira dimensão por apenas dois indicadores ou variáveis. Em relação à terceira dimensão, vale ressaltar que é utilizado, além do rendimento médio real por hora, o índice de Gini que, a princípio, agrega todas as rendas e não somente a derivada do trabalho.

Para a construção de cada indicador, que correspondem a cada dimensão, foram atribuídos pesos equivalentes a cada variável na primeira dimensão (inserção ocupacional); na segunda (desemprego), 0,5 para a taxa

de desemprego e 0,25 para cada uma das outras variáveis; na terceira, 0,667 para o indicador da renda média por hora e 0,333 para o índice de Gini.



Figura 1 - Diagrama do Índice de Precarização

Fonte: De Toni, 2004

Os resultados do trabalho de De Toni (2004) foram divididos em 5 períodos: 1 - (jul./92 – jun./94); 2 - (jul./94 – jun./96); 3 - (jul./96 – jun./98); 4 - (jul./98 – jun./00) e 5 - (jul./00 – jun./02). Dado o método utilizado pela autora, de que quanto maior o índice-síntese (IP), melhor é a situação do mercado de trabalho da RMPA, observa-se que houve um aumento da precarização no período de julho de 1992 a junho de 2002 (Gráfico 2).

Índice de precarização do mercado de trabalho

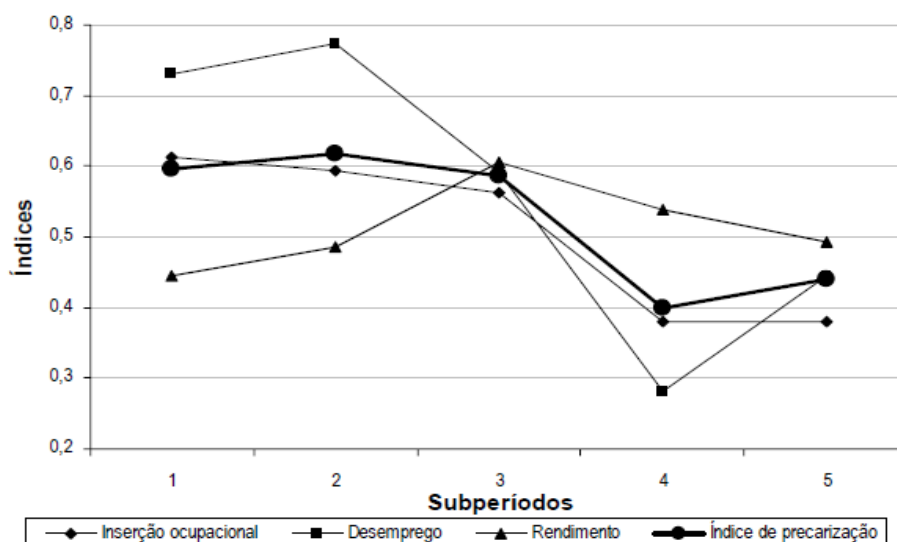


Gráfico 2 - Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA subperíodos 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02)

Fonte: De Toni, 2004.

2 – Uma proposta de índice de precarização do mercado de trabalho para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): análise do período 1995 a 2009

A base de dados utilizada para fazer a análise da RMSP é a da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, que é realizada desde outubro de 1984 sem qualquer interrupção pela Fundação Sistema Estadual e Análise de Dados – SEADE da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento – SEP e pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos – DIESSE. Essa é a mesma base de dados utilizados por De Toni (2004) para a RMPA.

Essa proposta toma o mercado de trabalho dos trinta anos pós-guerra como referência, pois esse período apresentou um dos melhores desempenhos do mercado de trabalho, quando a inserção do trabalhador se dava de forma típica e/ou padrão, isto é, via contratos de trabalho assalariado, com proteção

social, com ganhos salariais reais acima dos ganhos de produtividade, além de uma taxa de desemprego baixa. Isso se aproxima do conceito de trabalho decente apresentado pela OIT (2005).

Portanto, concorda-se com De Toni (2004), ao se considerar a forma de inserção ao mercado de trabalho como um dos principais elementos que podem captar a tendência da precarização. Tem-se a impressão de que Saboia (2000) tinha como objetivo medir a qualidade do mercado de trabalho ao compor duas das três dimensões do seu índice com variáveis relacionadas à escolaridade dos trabalhadores. Já em Freire (2006), parece que o autor preocupou-se mais com o ritmo de geração de vagas, dando muita ênfase ao desempenho econômico como um elemento central para determinar o seu índice mensal de precariedade de forma agregada, não revelando as tendências e especificidades do mercado de trabalho de cada região. Entretanto, todos os três autores analisados trabalharam com o percentual de trabalhadores com carteira assinada, o que constitui um padrão a ser adotado.

O modelo de De Toni (2004) é o que mais chamou nossa atenção, porque a autora trabalhou com as variáveis clássicas do mercado de trabalho (ocupação, desemprego e rendimento) e porque considerou a forma de inserção ocupacional como um dos principais elementos de seu índice. Além disso, seu índice é simples e, por isso mesmo de fácil entendimento. Outro ponto sobre o modelo estatístico criado por De Toni (2004) é a utilização da base de dados PED/DIEESE/SEADE, ou seja, uma base que não apresenta interrupções e/ou mudanças metodológicas como aconteceu com a base de dados PME/IBGE. Assim, o trabalho dessa autora e a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH são as principais referências utilizadas na construção de nossa proposta de índice. Diferentemente de De Toni, entretanto, não utilizamos o índice de Gini, dado que esse se refere a todas as rendas e não exclusivamente a de trabalho. Todas as variáveis presentes no índice derivam da PED/DIEESE/SEADE.

Três são as dimensões, portanto, consideradas na construção do índice: **a) *inserção ocupacional***, mediante: **a.1)** percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público e **a.2)** tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira

assinada pelo atual empregador; **b) *desemprego***, mediante: **b.1)** taxa de desemprego total e **b.2)** tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho; **c) *rendimento***, mediante: **c.1)** rendimento médio real por hora dos ocupados e **c.2)** quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

A dimensão *inserção ocupacional* possui duas variáveis que apresentam relação inversa ao índice a ser construído para cada uma delas, isto é, quanto maior o valor, melhor é a condição do mercado de trabalho analisado. Isso porque indica melhores condições de inserção ocupacional, tanto no que se refere aos direitos e proteções, quanto ao vínculo padrão e/ou típico que garante ao trabalhador.

A dimensão *desemprego* possui duas variáveis estatísticas que apresentam relação direta com o índice a ser construído para cada uma delas, isto é, quanto maior o valor, pior será as condições do mercado de trabalho, dado que quanto maior o desemprego, menos favorável será a inserção ocupacional do trabalhador.

Por último, a dimensão rendimento que também é composta por duas variáveis. A primeira variável estatística é o *rendimento médio real por hora dos ocupados*, que apresenta uma relação inversa ao índice a ser construído: quanto maior o rendimento, melhor é a condição ocupacional do trabalhador. Já a segunda variável estatística dessa dimensão é o *Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados*⁵ que apresenta relação direta com o índice, isto é, quanto maior, pior é distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho.

⁵ Essa variável complementar teve como objetivo medir a desigualdade de renda somente dos ocupados e não da população total por meio do índice de Gini e seu foco na distribuição da renda média. Chegou-se a testar no lugar dessa variável um índice que resultava da razão entre o rendimento dos ocupados com ensino fundamental e os ocupados com ensino superior. Entretanto, essa razão se mostrou desproporcional dado que o número de ocupados com ensino superior é muito inferior ao número de ocupados com nível fundamental, sendo mais prudente trabalhar com todos ocupados e seu quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

Para o cálculo do índice de tendência da precarização utilizou-se mesmo método do cálculo do IDH, como já comentado. Porém, o índice de tendência da precarização – ITP, ao contrário do IDH, significa que quanto maior ele for, pior a precarização. Sendo assim, utilizamos as seguintes expressões:

1. Para aquelas estatísticas (E) cujo crescimento resulta na melhoria do mercado de trabalho, como as duas variáveis estatísticas da inserção ocupacional e a variável estatística denominada rendimento médio real por hora da dimensão rendimento, o índice é calculado por:

$$ITP = \frac{E - E_{máximo}}{E_{mínimo} - E_{máximo}}$$

onde: E = valor da variável estatística do ano em questão, $E_{máximo}$ = valor máximo da variável estatística do ano-série $E_{mínimo}$ = valor mínimo da variável estatística do ano-série

2. Para aquelas estatísticas (E) cujo crescimento resulta piora do mercado de trabalho, como as duas variáveis estatísticas da dimensão “desemprego” e a variável estatística “quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados” da dimensão rendimento, o índice é calculado por:

Na Tabela 2 apresenta as variáveis do período selecionado, com destaque para os valores máximo e mínimo observados.

A etapa seguinte consistiu da aplicação das expressões apresentadas acima, tal como segue.

$$\text{Índice}_{11} = (E_{1995} - 56,2) / (48,1 - 56,2)$$

$$\text{Índice}_{12} = (E_{1995} - 60) / (52 - 60)$$

$$\text{Índice}_{21} = (E_{1995} - 13,2) / (19,9 - 13,2)$$

$$\text{Índice}_{22} = (E_{1995} - 22) / (55 - 22)$$

$$\text{Índice}_{31} = (E_{1995} - 10,10) / (6,77 - 10,10)$$

Tabela 2 – Valores observados dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP

Período	Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
	Anos	a1	a2	b1	b2	c1
1995	54,1	52	13,2	22	10,10	18,0
1996	51,6	54	15,1	24	10,07	17,3
1997	49,6	55	16,0	28	10,09	16,8
1998	50,1	55	18,2	35	9,76	16,2
1999	48,9	57	19,3	44	9,22	16,3
2000	48,1	56	17,6	48	8,46	16,3
2001	48,8	56	17,6	48	7,89	15,5
2002	48,4	57	19,0	51	7,07	14,9
2003	48,6	59	19,9	53	6,77	16,1
2004	48,7	60	18,7	55	6,87	16,1
2005	49,6	59	16,9	53	6,84	15,0
2006	51,7	58	15,8	50	7,09	13,4
2007	53,1	56	14,8	48	7,07	12,3
2008	54,8	54	13,4	42	6,92	11,4
2009	56,2	54	13,8	37	7,08	10,2
Máximo	56,2	60	19,9	55	10,10	18,0
Mínimo	48,1	52	13,2	22	6,77	10,2

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: As variáveis estatísticas utilizadas na dimensão rendimento estão em reais de novembro de 2009.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador, em meses; **b.1.** Taxa de desemprego total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho, em semanas **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

$$\text{Índice}_{32} = (E_{1995} - 10,2) / (18,0 - 10,2)$$

Os índices, com os pesos definidos são⁶:

$$\text{Índice}_1 \text{ ou de inserção ocupacional} = 0,67 \times \text{Índice}_{11} + 0,33 \times \text{Índice}_{12}$$

⁶ Em uma primeira simulação foi atribuído um peso maior às variáveis básicas (a1, b1 e c1) do que às complementares (a2, b2 e c2), de 0,67 e 0,33, respectivamente. Em um segundo momento, procurou-se um equilíbrio na distribuição dos pesos, isto é, atribui-se 0,5 para todas as variáveis que compõe cada dimensão do índice. E, por fim, atribui-se peso de 0,75 para as variáveis básicas e 0,25 para as variáveis complementares. Decidiu-se trabalhar com a primeira simulação devido a sua maior coerência com o metodologia adotada neste trabalho

$$\text{Índice}_2 \text{ ou de desemprego} = 0,67 \times \text{Índice}_{21} + 0,33 \times \text{Índice}_{22}$$

$$\text{Índice}_3 \text{ ou de rendimento} = 0,67 \times \text{Índice}_{31} + 0,33 \times \text{Índice}_{32}$$

$$\text{Índice}_{\text{tendência da precarização}} = 0,33 \times \text{Índice}_1 + 0,33 \times \text{Índice}_2 + 0,33 \times \text{Índice}_3$$

Cada dimensão apresentada possui dois indicadores, nomeados indicador-básico e indicador-complementar. A dimensão da “Inserção Ocupacional”, por exemplo, apresenta em média, dentro do período analisado, 50,8% de trabalhadores “Assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público”, sendo esse o principal indicador das condições do mercado de trabalho. Já o segundo indicador - “Tempo Médio em Meses de Emprego dos Assalariados do Setor Privado com carteira assinada pelo atual empregador” - representa a rotatividade dos trabalhadores assalariados com carteira.

Como está explicitada nas expressões acima, foi atribuído peso de 0,67 para o que chamamos de indicador-básico e peso de 0,33 para o indicador-complementar. Por último, atribuímos um peso de 0,33 para cada índice parcial que compõe as dimensões trabalhadas para compor o índice final, isto é, o Índice de Tendência da Precarização.

As Tabelas 3 e 4 apresentam os valores observados para cada um dos indicadores selecionados para compor o Índice de Tendência da Precarização.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 5, vê-se que houve piora da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo entre 1995 a 2003. Já no período 2004 a 2009, há uma melhora da situação do mercado de trabalho, pois o Índice de Tendência de Precarização (ITP) registrou queda.

Para melhor entender essa evolução, é interessante olhar-se para o desempenho dos indicadores parciais. Vê-se, na Tabela 5, que o índice de inserção ocupacional tinha um valor de 0,504 em 1995, 0,835 em 2000 (sendo esse seu maior valor na série), caindo para 0,248 em 2009. Partindo do método adotado, isto é, de que quanto mais próximo de 0 (zero), menor é a precarização, o primeiro resultado parcial revela uma melhora na inserção ocupacional dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano paulista, superando o resultado inicial de 1995.

Tabela 3 – Valores observados dos índices dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP

Período Anos	Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
	a1	a2	b1	b2	c1	c2
1995	0,259	1,000	0,000	0,000	0,000	1,000
1996	0,568	0,750	0,284	0,061	0,009	0,917
1997	0,815	0,625	0,418	0,182	0,003	0,854
1998	0,753	0,625	0,746	0,394	0,102	0,776
1999	0,901	0,375	0,910	0,667	0,264	0,783
2000	1,000	0,500	0,657	0,788	0,492	0,790
2001	0,914	0,500	0,657	0,788	0,664	0,682
2002	0,963	0,375	0,866	0,879	0,910	0,613
2003	0,938	0,125	1,000	0,939	1,000	0,755
2004	0,926	0,000	0,821	1,000	0,970	0,758
2005	0,815	0,125	0,552	0,939	0,979	0,623
2006	0,556	0,250	0,388	0,848	0,904	0,412
2007	0,383	0,500	0,239	0,788	0,910	0,277
2008	0,173	0,750	0,030	0,606	0,955	0,157
2009	0,000	0,750	0,090	0,455	0,907	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador, em meses; **b.1.** Taxa de desemprego total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho, em semanas **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

Tabela 4 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por indicador componente do índice total de tendência de precarização na RMSP

Período Anos	Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
	a1	a2	b1	b2	c1	c2
1995	0,174	0,330	0,000	0,000	0,000	0,330
1996	0,380	0,248	0,190	0,020	0,006	0,303
1997	0,546	0,206	0,280	0,060	0,002	0,282
1998	0,505	0,206	0,500	0,130	0,068	0,256
1999	0,604	0,124	0,610	0,220	0,177	0,258
2000	0,670	0,165	0,440	0,260	0,330	0,261
2001	0,612	0,165	0,440	0,260	0,445	0,225
2002	0,645	0,124	0,580	0,290	0,610	0,202
2003	0,629	0,041	0,670	0,310	0,670	0,249
2004	0,620	0,000	0,550	0,330	0,650	0,250
2005	0,546	0,041	0,370	0,310	0,656	0,205
2006	0,372	0,083	0,260	0,280	0,606	0,136
2007	0,256	0,165	0,160	0,260	0,610	0,092
2008	0,116	0,248	0,020	0,200	0,640	0,052
2009	0,000	0,248	0,060	0,150	0,608	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador, em meses; **b.1.** Taxa de desemprego

total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho, em semanas **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

Na segunda dimensão desemprego, temos no ano de 1995 os menores valores da taxa de desemprego total e do tempo médio na procura de trabalho. Por esse motivo, seu valor é 0 (zero) nesse primeiro ano da série. Em 2003, o valor do índice chega a 0,980, seu maior valor na série, e cai para 0,210 em 2009. O valor desse índice no ano de 2009 não é igual ao ano de 1995, porém, representa uma tendência de melhora no desemprego entre 2004 e 2009.

Já o índice da dimensão rendimento apresenta um valor de 0,330 em 1995 e 0,284 no ano de 1997, sendo esse seu menor valor, devido ao aumento do rendimento médio real por hora dos ocupados e à queda da distância entre os 20% dos ocupados com maiores rendimentos e os 20% dos ocupados com menores rendimentos na questão da distribuição da massa salarial. Em 2003, o índice da dimensão rendimento é igual a 0,919 (seu pior valor), em 2009 o valor é de 0,608. Esse último valor é o resultado de uma tendência de melhora da dimensão rendimento no período de 2003 a 2009.

Voltando à análise do resultado do índice-síntese, ou melhor, do Índice de Tendência da Precarização, temos o valor de 0,275 em 1995 e de 0,848 em 2003, sendo esse período (1995-2003) marcado pelo aumento contínuo do ITP, ou seja, nele houve um aumento da precarização do mercado metropolitano paulista. Já entre 2004 e 2009, há uma queda da tendência da precarização, pois o ITP apresenta uma queda contínua e apresenta, em 2009, o valor 0,351, isto é, um valor menor do que o do ano de 1996 (0,378) e próximo ao valor do ano de 1995.

Essa afirmação é confirmada no Gráfico 3 que mostra a tendência dos índices parciais e do Índice-síntese de Tendência da Precarização. Ao se olhar as curvas, pode-se ver que todos os índices apresentam crescimento entre 1995 a 2003, o que significa uma elevação contínua da precarização no mercado de trabalho na RMSP. Já em 2003, o índice de inserção ocupacional começa apresentar queda, seguido pelos outros índices (de desemprego, de rendimento e do ITP) a partir de 2004.

Tabela 5 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por cada dimensão componente do índice total de tendência de precarização na RMSP

Período	Índice de Tendência			
	Inserção Ocupacional	Desemprego	Rendimento	
1995	0,504	0,000	0,330	0,275
1996	0,628	0,210	0,309	0,378
1997	0,752	0,340	0,284	0,454
1998	0,711	0,630	0,324	0,550
1999	0,728	0,830	0,435	0,658
2000	0,835	0,700	0,591	0,701
2001	0,777	0,700	0,670	0,708
2002	0,769	0,870	0,812	0,809
2003	0,670	0,980	0,919	0,848
2004	0,620	0,880	0,900	0,792
2005	0,587	0,680	0,861	0,702
2006	0,455	0,540	0,741	0,573
2007	0,421	0,420	0,701	0,509
2008	0,363	0,220	0,692	0,421
2009	0,248	0,210	0,608	0,351

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Portanto, a queda do ITP, observada a partir de 2004, parece ser consistente, pois os índices de cada dimensão também apresentam a mesma tendência.

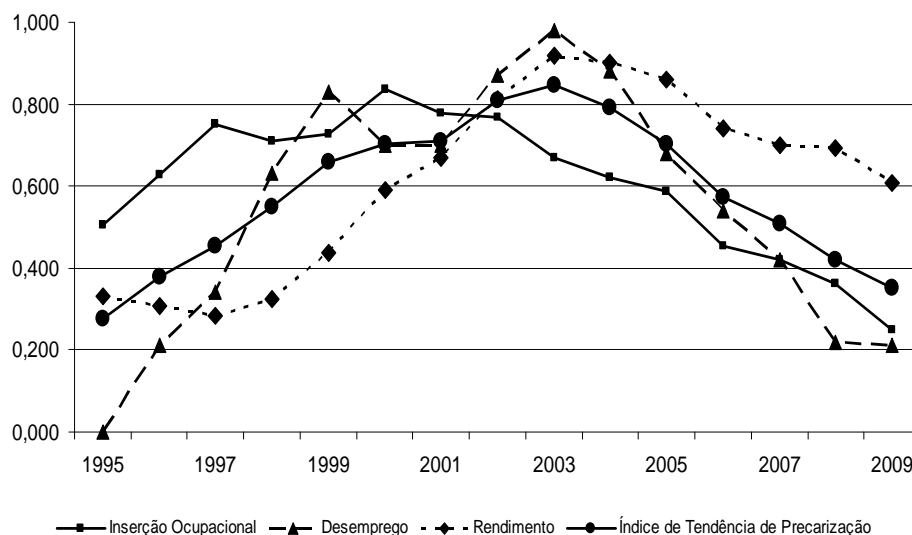


Gráfico 3 – Índices parciais e índice de tendência da precarização do mercado de trabalho na RMSP

Fonte: Tabela 5

Considerações finais

Os resultados obtidos na aplicação do Índice de Tendência de Precarização para a Região Metropolitana de São Paulo parecem ter aderência aos movimentos macroeconômicos observados no período analisado. Este período compreende o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, e o governo Lula, de 2003 a 2009.

Verifica-se que a taxa média de crescimento anual do PIB foi de 2,2% entre 1995 e 2002, enquanto que foi de 3,5% entre 2003 e 2009. Como seria de esperar, o maior crescimento econômico observado durante o governo Lula teve impacto positivo no mercado de trabalho, nele incluído o da RMSP.

Durante o governo FHC, houve intensificação dos processos de privatização (que resultaram em reestruturação e desemprego de parte dos empregados das empresas afetadas) e da abertura econômica. Além disso, no início desse governo, a economia brasileira sofreu o impacto do choque monetário realizado para estabilizar os preços, o que elevou a taxa básica de juros para 45% ao ano. Nesse período, a estabilização monetária foi alçada a

objetivo principal e o crescimento econômico como objetivo secundário, fato que resultou em perdas para o mercado de trabalho brasileiro, conseqüentemente, também, para a RMSPP.

A melhora da situação do mercado de trabalho, em termos de menor precarização, não significa, entretanto, que tenha sido recuperada a situação do início da série estudada. Isso fica evidente quando se compara o ITP de 2009 (0,351) com o do ano de 1995 (0,275), mas há uma clara tendência de melhora, de forma que o índice de 2009 é melhor do que o de 1996.

Esse movimento é sustentado pela evolução dos índices das três dimensões que compõe o índice-síntese que, por sua vez, tem relação com o fato de as taxas de crescimento econômico terem sido mais expressivas e contínuas (apesar do impacto da crise econômica mundial no país, em 2009). Ao se olhar as curvas de cada índice parcial e do índice-síntese, a inflexão acontece em 2004, exceção feita apenas para inserção ocupacional que já apresenta uma queda a partir de 2003, e apresenta um índice de 0,504 em 1995 e 0,248 em 2009.

Já o segundo índice parcial, que se refere à dimensão desemprego, apresentava um valor igual a zero em 1995, devido aos valores dos seus dois indicadores apresentarem os valores mínimos de toda série nesse ano, isto é, uma taxa de desemprego total de 13,2% e o tempo médio de 22 semanas despendido pelos desempregados na procura de trabalho. Em 2009, temos um índice parcial de 0,210 que resultou dos indicadores de desemprego (13,8%) e de um tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho de 37 semanas nesse mesmo ano, cujos valores máximos para o primeiro é igual a 19,9%, em 2003, e 55 semanas, em 2004.

E por fim, o índice parcial referente à dimensão rendimento apresentou uma tendência de melhora, seguido pelo valor dos seus indicadores - rendimento médio real por hora dos ocupados e do quociente, tratado aqui por nós, como a distância entre os 20% dos ocupados com maiores rendimentos e os 20% dos ocupados com menores rendimentos. Sobre essa terceira e última dimensão, percebe-se que os valores dos seus indicadores em 2009 foram de R\$ 7,08 e 10,2 vezes (menor quociente). No ano de 1995, esses valores foram de R\$ 10,10 e 18 vezes (maior quociente), sendo o menor valor do rendimento médio real por hora dos ocupados em 2003, no valor de R\$ 6,77.

No conjunto, os resultados obtidos pela aplicação do ITP parecem indicar que ele se constitui uma ferramenta com capacidade de indicar a tendência do mercado de trabalho, isto é, que consegue expressar em um número síntese, a concretude do mercado de trabalho, que é fruto de indicadores diversos.

Referências Bibliográficas

- CORIAT, Benjamin. **Pensar al revés. Trabajo y organización en la empresa japonesa.** Siglo XXI, México, 1995.
- DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. Campinas: **Textos para Discussão. IE/Unicamp**, Nº. 174, abril de 2010.
- DE TONI, Miriam. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho – Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Sociologia. Porto Alegre, outubro de 2004.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.
- FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós Anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: XI Encontro Nacional de Economia Política. Vitória: SBEP, 2006.
- FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. IN: GUIMARÃES, Nadya A. HIRATA, H., SUGITA, K. **Trabalho flexível, empregos precários?**. São Paulo: Edusp, 2009.
- KREIN, José D. Mudanças recentes na regulação do trabalho. In: DEDECCA, C. S.; WEISHAUP, M. (Org.). **Políticas Públicas e Trabalho: Textos para estudo** dirigido. Campinas, SP: UNICAMP. IE / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006. p. 53-74.
- MATTOSO, Jorge E. L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos.** Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 61-77.
- _____. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. IN: OLIVEIRA, Carlos A. de, MATTOSO, Jorge E. L., POCHMANN, Marcio, NETO, José F. S., OLIVEIRA, Marco A. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século.** São Paulo: Scritta, 1994.
- MARQUES, Rosa M. **A automação microeletrônica e o trabalhador.** São Paulo, Bial: 1990.

- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OIT. Acesso ao trabalho decente. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor. Brasília: OIT, 2005.
- SABOIA, João. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 4(1): 123-146, jan./jun.2000.